
A RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS PARENTAIS E O COMPORTAMENTO ALIMENTAR EM CRIANÇAS

THE RELATIONSHIP BETWEEN PARENTAL PRACTICES AND EATING BEHAVIOR IN CHILDREN

Ana Paula Huçalo¹
Ana Lucia Ivatiuk²

RESUMO

O comportamento alimentar humano, diferente de outras espécies é aprendido e, desta forma, depende de algumas variáveis, entre elas a relação com os pais/cuidadores. Tendo em vista, este fato, o presente trabalho teve por objetivo investigar se há relação entre o comportamento alimentar infantil e as práticas educativas parentais. Foi realizada uma pesquisa de levantamento de dados e correlação e, para isto, foram utilizados o Inventário de Estilos Parentais (IEP) e o Questionário do Comportamento Alimentar da Criança (CEBQ), ambos aplicados a 24 cuidadores de crianças de 8 a 10 anos completos. Os dados foram analisados por meio do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 21, utilizando o teste estatístico de Spearman. Os dados apontaram que há uma correlação entre as práticas educativas negativas, como punição inconsistente e negligência, e comportamentos alimentares disfuncionais ($r = +0.576$ e $r = -0.501$) o que comprova a necessidade da elaboração de intervenções e orientações aos pais, com o intuito de prevenir problemas de desenvolvimento e promover saúde e qualidade de vida às crianças.

Palavras-chave: Estilos Parentais. Desenvolvimento Infantil. Comportamento Alimentar.

ABSTRACT

The human eating behavior, unlike other species, is learned and, therefore, depends on some variables, among them the relationship with parents/caregivers. In view of this fact, the present study aimed to investigate the relationship between infant feeding behavior and parental educational practices. A survey of data collection and correlation was carried out and the Parenting Styles Inventory and the Child Eating Behavior Questionnaire, both applied to 24 caregivers of 8 to 10 year old children. The data were analyzed using the Statistical Package for Social Sciences (SPSS) version 21, using the Spearman test. The data showed that there is a relationship between negative educational practices and dysfunctional eating behaviors ($r = +0.576$ e $r = -0.501$), which proves the need for the elaboration of interventions and orientation to parents, with the purpose of preventing development problems and promoting health and quality of life for children.

Keywords: Parenting Styles. Child Development. Feeding Behavior.

¹ Aluna do curso de Psicologia da Unicentro. Irati-PR, Brasil. *E-mail*: anapaulahucalo@gmail.com

² Doutora e Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp). Docente do Curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Curitiba-PR, Brasil. *E-mail*: aivatiuk@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a preocupação com uma vida saudável vem ganhando destaque na vida da população nos cenários mundial e nacional. Após estudos demonstrarem que a alimentação saudável e a prática de atividade física regular proporcionam maior qualidade e expectativa de vida, a população vem mudando seus hábitos, buscando atingir tais objetivos (Ferreira, Matsudo, Matsudo & Braggion, 2005; Souza, Barbosa Filho, Nogueira & Azevedo Júnior, 2011). Infelizmente grande parte da população, incluindo crianças até 12 anos, sofre com a obesidade e os números estão crescendo significativamente. Conforme aponta Barbosa (2009), nos últimos 50 anos o índice de sobrepeso e obesidade infantil no Brasil teve um crescimento alarmante, passando de 4% na década de 70, para 9% nos dias atuais. Além disso, o autor também aponta que no mundo, a cada quatro pessoas, uma é obesa e, levando em conta que o estudo é de sete anos atrás, é possível que estes dados já tenham crescido (Barbosa, 2009).

Alguns autores, como Halpern e Rodrigues (2006) e Barbosa (2009), apontaram que a obesidade na infância é um fator de risco para a obesidade na vida adulta, e que esta já é considerada um problema de saúde pública. Tendo em vista suas consequências, dentre as quais podemos citar as de ordem física, como: diabetes, hipertensão, problemas cardiovasculares, gastrointestinais, de pele e nas articulações; e as de ordem psíquica, que incluem: baixa autoestima, depressão e uma imagem pejorativa de si mesmo (Halpern & Rodrigues, 2006; Barbosa, 2009). Desse modo, é importante que seja diagnosticada e tratada o mais brevemente possível, visto que a infância é uma fase de desenvolvimento e adaptações, tornando mais fácil a mudança de hábitos e comportamentos (Barbosa, 2009).

Por outro lado, outra questão preocupante, principalmente nos países em desenvolvimento como o Brasil, é a desnutrição, caracterizada por um emagrecimento exagerado ou também por déficit no crescimento linear (Monteiro & Conde, 2000). No Brasil, conforme apontado por Batista Filho e Rissin (2003), a porcentagem de crianças com desnutrição caiu em até 72% comparado com os anos anteriores. Contudo, o número de crianças com uma alimentação inadequada, com falta de nutrientes necessários para o desenvolvimento saudável, ainda é grande e preocupante, cabe então à sociedade, mais em especial à família, estar atenta à qualidade dos alimentos ingeridos pela criança e não somente à quantidade (Monteiro & Conde, 2000; Batista Filho & Rissin, 2003).

Todavia, a alimentação e, por conseguinte, o estado nutricional da criança são fatores inerentes à saúde e ao desenvolvimento dela. A partir disso, faz-se necessário entender a etiologia, os fatores e os comportamentos envolvidos nessa questão, em especial o comportamento alimentar, para que assim, possam-se criar intervenções eficazes, com foco no que pode ser mudado.

A alimentação em quase todas as espécies encontradas no reino animal acontece de forma parecida, ou seja, é comum a todos os seres vivos procurar alimentos para saciar a fome. A maior parte das espécies tem a capacidade instintiva de buscar os nutrientes essenciais para satisfazer suas necessidades alimentícias. Contudo, o ser humano não se enquadra nessa categoria, pois, apesar de sua fome ser considerada como intrínseca à espécie, grande parte dos comportamentos alimentares que ele apresenta é aprendida no decorrer da vida (Viana, Santos

& Guimarães, 2008). Conforme exposto no trabalho de Aguiar, Aguiar e Guedes (2013) e no de Zucolato (2013), a evolução do comportamento alimentar está associada à combinação de fatores em relação aos alimentos, tanto na qualidade, como na aquisição, no preparo e na forma como a ingestão deles é realizada.

Partindo desse pressuposto, alguns autores, como Quaioti e Almeida (2006) e Zucolato (2013), defendem que a aprendizagem e o estabelecimento do comportamento alimentar inicia-se ainda na fase pré-natal (da concepção até o nascimento), já que a alimentação da mãe se constitui como uma influência nas preferências alimentares da criança no futuro. Porém, isso, por si só, não é um fator decisivo no estabelecimento do padrão alimentar, visto que esse processo engloba diversas instâncias da vida do indivíduo, de sua relação com as pessoas e da cultura em que ele está inserido; além disso, como qualquer comportamento, está sujeito a variáveis ambientais; possui um estímulo antecedente ao comportamento que por fim irá gerar uma consequência que poderá manter o comportamento ou não (Moreira & Medeiros, 2007).

A inserção de alimentos, propriamente dita, inicia-se na fase de pós-aleitamento. Quaioti e Almeida (2006) destacam a importância dos pais nessa fase e principalmente na fase pré-escolar, quando as crianças começam a ter suas preferências e fazer suas escolhas alimentares. Pais que têm uma alimentação saudável tendem a servir de modelo aos filhos, facilitando a aprendizagem de uma alimentação adequada. Em concordância com o que foi apontado, Ramos e Stein (2000) afirmam que o padrão comportamental alimentar da criança é construído através da aprendizagem, por meio de condicionamentos que envolvem três fatores: “[...] a sugestão sensorial dos alimentos, a consequência pós-ingesta da alimentação e o contexto social alimentar” (Ramos & Stein, 2000, p. 230), além de ser permeada por questões de ordem econômica, psicológicas e emocionais (Viana, Cadeias, Rego & Silva, 2009). Portanto, os pais têm papel crucial neste processo de aprendizagem e podem exercer influência de determinadas formas, como:

[...] por meio da aquisição de gêneros alimentícios (ditados, em parte, pela renda, instrução e pela classe social), da religião e da cultura; seus comportamentos durante as refeições e suas reações aos alimentos podem servir de modelo para as crianças; e na transmissão de informações sobre os alimentos (por exemplo, ensinando quais alimentos são saudáveis) (Rossi, Moreira & Rauen, 2008, p. 743).

É importante ressaltar que a cultura e o nível socioeconômico ocupam um espaço importante quando se diz respeito tanto a informação sobre a alimentação, quanto ao acesso aos alimentos, tanto naturais e de qualidade, quanto os industrializados. Diante disto, os pais e/ou cuidadores, como grandes influenciadores da modelagem do comportamento alimentar da criança e do futuro adulto, devem estar atentos a todas as variáveis envolvidas nesse processo de aprendizagem e buscar adequá-las à criança (Viana, Santos, & Guimarães, 2008).

Sendo o comportamento alimentar infantil um componente importante envolvido no desenvolvimento da criança, Passos (2013) mostrou que foram desenvolvidos alguns instrumentos, cada um com sua especificidade, para investigar o comportamento alimentar infantil de forma mais estruturada, dentre eles o Questionário Holandês do Comportamento Alimentar (*Nederlandse*

Vragenlijst Voor Eetgedrag – NVVE) (Van Strien et al., 1986). Esse instrumento foi organizado a partir de questões de outros três questionários, sendo eles o *Eating Patterns Questionnaire* (Wollersheim, 1970), o *Fragenbogen fur Latente Adipositas* (Pudel et al., 1975) e o *Eating Behavior Inventory* (O’Neil et al., 1979). Sua elaboração obedeceu a um método estruturado e foi obtida através de uma pesquisa com 657 sujeitos, confirmando sua eficácia. Desde então, o questionário foi adaptado para ser usado em crianças, traduzido e validado para a língua inglesa (Wardle, 1987) e, posteriormente, para o português por Viana e Sinde (2012), recebendo o nome de Questionário do Comportamento Alimentar da Criança (CEBQ).

No Brasil ele foi utilizado por Passos (2013), que analisou 335 crianças entre sete e nove anos, e os resultados obtidos demonstram que o comportamento alimentar tem forte relação com o estado nutricional apresentado pela criança, assim como a existência de diferenças comportamentais significativas entre crianças com excesso de peso e com peso adequado. As crianças com excesso de peso tiveram maior pontuação nas escalas de comportamento de interesse pela comida e, por outro lado, menor capacidade de Resposta à Saciedade e padrão de ingestão mais rápido quando comparadas às crianças eutróficas. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo desenvolvido por Coelho e Pires (2014) utilizando o CEBQ (Viana & Sinde, 2012) e o *Family Environment Scale* (FES) (Moos & Moos, 1986), sendo que o estudo envolveu 147 crianças entre os 8 e os 12 anos e seus pais/cuidadores. Os dados apontaram que há influência do contexto familiar no ganho de peso das crianças, demonstrando que um ambiente que não possibilita a expressão de emoções acaba tendo influência em um comportamento alimentar infantil não adequado. O mesmo estudo também mostrou que em famílias menos funcionais as crianças tendem a ter uma atração maior pela comida, mesmo que os pais não possuam essa característica.

Leiras (2015), em sua pesquisa de mestrado, investigou se havia relação entre o comportamento alimentar materno e o comportamento alimentar do filho. Para isso, ela fez uso do CEBQ (Viana & Sinde, 2012), tanto para investigar o comportamento alimentar da criança quando para as mães, sendo que nesse caso houve uma adaptação feita pela própria pesquisadora, sendo que as questões foram mantidas, mudando-se apenas o modo de perguntar, tornando-o um questionário de autopreenchimento pelas próprias mães. A aplicação aconteceu com 119 mães de crianças com 3 anos de idade e os resultados mostraram que há uma forte correlação entre os hábitos alimentares da mãe e os da criança.

Levando-se em consideração esses estudos (Rossi, Moreira & Rauen, 2008; Viana, Santos & Guimarães, 2008; Viana, Cadeias, Rego & Silva, 2009; Passos, 2013; Coelho & Pires, 2014; Leiras, 2015), pode-se dizer que o processo de aprendizagem do repertório comportamental da criança depende, em grande parte, dos pais/cuidadores, tendo em vista que eles são a principal figura de modelo e responsáveis por modelar o comportamento da criança através de práticas educativas. Isto posto, Cassoni (2013) fez um estudo descritivo sobre o desenvolvimento dos estilos parentais, buscando entender como a forma de educar dos pais influencia diretamente no comportamento da criança. Segundo a autora, o primeiro modelo de estilos parentais foi proposto por Baumrind (1966) e teve como base a autoridade dos pais sobre as crianças, resultando em 3 estilos: o permissivo, o autoritário e o autoritativo. Mais tarde, Maccoby e Martin (1983) aprimoraram o trabalho de

Baumrind, embasando seus estudos na exigência e na responsividade dos pais, resultando na divisão do estilo permissivo em dois: o indulgente e o negligente, totalizando, desse modo, quatro estilos parentais: autoritário, autoritativo, negligente e indulgente.

Cassoni (2013) então, procura explicar o que seriam estes últimos estilos que foram propostos pelos autores anteriores. O estilo autoritário é uma combinação entre baixa responsividade e muito controle. Os pais com esse estilo são muito exigentes, colocam muitas regras e geralmente utilizam-se da punição para controlar o comportamento, além de não serem abertos ao diálogo, muito menos à opinião das crianças. Já o estilo indulgente resulta de uma alta responsividade com um baixo controle. Estes pais são abertos ao diálogo, atendendo quase sempre o que os filhos pedem, contudo não colocam limites e regras em seus comportamentos, sendo muito tolerantes. O estilo negligente, por sua vez, é a combinação de baixa responsividade e baixo controle. Os pais não demonstram nem controle e nem afeto para com os filhos. Geralmente estão concentrados em seus interesses, respondendo apenas às necessidades básicas das crianças. Por fim, o estilo autoritativo é a combinação de alta responsividade e alta exigência. Estes pais dialogam com seus filhos e são afetuosos, mas, ao mesmo tempo, impõem regras e limites, sempre deixando claras as razões para tais atitudes. A relação entre ambos é de respeito e amor (Cassoni, 2013).

A partir dos achados anteriores do ponto de vista teórico, Gomide (2014) organizou um instrumento, o Inventário de Estilos Parentais (IEP), cujo objetivo é investigar as práticas educativas dos pais. Ela propôs sete práticas educativas, duas são consideradas oportunas ao desenvolvimento da criança, que são o comportamento moral e a monitoria positiva; as demais são consideradas prejudiciais, sendo elas, a negligência, a punição inconsistente, a monitoria negativa, a disciplina relaxada e o abuso físico.

A monitoria positiva se dá quando os pais têm conhecimento sobre o que os filhos fazem, onde estão, suas preferências e gostos. Além disso, os pais ainda demonstram afeto para com os filhos, em especial nos momentos que eles mais precisam. O comportamento moral também é permeado pelo afeto. Dentro dele, os pais ensinam aos filhos por meio de modelos positivos os valores morais como justiça, honestidade, caridade, empatia e discriminação de certo e errado (Gomide, 2014).

A negligência se caracteriza por uma falta de afeto por parte dos pais para com os filhos. Esses pais não se interessam pelas atividades e necessidades da criança e, deste modo, acabam não ocupando um espaço pertinente na vida dela. Na punição inconsistente, os pais modelam o comportamento da criança, reforçando-o ou punindo, conforme o humor e não de forma condizente com o comportamento da criança. Isso faz com que ela fique confusa e tenha dificuldade na hora de discriminar o comportamento como bom ou ruim. Na monitoria negativa ou supervisão estressante, os pais impõem muitas regras, que são repetidas inúmeras vezes e fazem uma fiscalização árdua do comportamento do filho. Já na disciplina relaxada, os pais impõem regras aos filhos, mas quando estes não as cumprem, os pais não tomam nenhuma atitude a respeito, não fazendo valer o que tinham dito antes. Por último, no abuso físico, os pais tentam controlar o comportamento da criança por meio de violência física ou algum outro método que cause dor aos filhos (Sampaio, 2007; Sampaio & Gomide, 2007).

Toni e Hecaveí (2014) realizaram um estudo utilizando o IEP (Gomide, 2014), investigando a relação entre as práticas educativas parentais e o rendimento escolar. Elas avaliaram 203 crianças do 3º ao 5º ano, estudantes de duas escolas públicas municipais e encontraram uma correlação entre práticas educativas e o rendimento acadêmico, em especial com as práticas maternas. Outro estudo utilizando o IEP (Gomide, 2014) foi o realizado por Leme, Del Prette e Coimbra (2013), cujo objetivo foi analisar a relação entre as práticas educativas maternas e as habilidades sociais dos adolescentes que vivem em configurações familiares diversas. Os resultados obtidos sugerem que as transições familiares não exercem efeito negativo no desenvolvimento dos adolescentes.

Tendo em vista os argumentos expostos sobre a importância do comportamento alimentar na infância, bem como dos estilos parentais, este trabalho teve por objetivo levantar e analisar se há relação entre os estilos parentais e o comportamento alimentar de crianças, sendo que na literatura científica ainda não foram encontrados estudos que utilizem os dois constructos. Para isso, foi utilizado o Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2014) e o Questionário Holandês do Comportamento Alimentar (Viana & Sinde, 2008). Foi a primeira vez que no Brasil se realizou uma pesquisa correlacionando os dois instrumentos. Além disso, o trabalho tornou-se relevante para fazer um levantamento das práticas parentais, dos comportamentos alimentares e das possíveis correlações entre ambos. Espera-se que, a partir desses dados, seja possível estruturar intervenções que possam ser benéficas em relação ao comportamento alimentar de crianças, contribuindo para uma possível prevenção e prevenção tão fundamental e benéfica na infância.

MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada a pesquisa de levantamento de dados, para depois realizar um estudo de correlação, empregando como forma de análise a estatística descritiva através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 21, utilizando o teste de *Spearman*. Este, por sua vez, é um coeficiente de correlação usado quando os dados não satisfazem as condições de testes paramétricos (Dancey & Reidy, 2013). Os participantes foram escolhidos de forma aleatória e os dados só foram coletados após a aprovação do comitê de ética em pesquisa (Nº: 1.729.265).

Participantes

Participaram da pesquisa 24 cuidadores de crianças estudantes de escola pública de um município do interior de um estado da Região Sul do Brasil, com idades entre 8 e 10 anos. Deste total de participantes, 87,5% (N=21) correspondeu ao sexo feminino e 12,5% (N=3) ao masculino. Em relação a idade, ela variou de 27 a 60 anos, tendo maior prevalência na categoria de 31 a 40 anos. Os participantes tiveram uma variação de escolaridade entre o ensino fundamental completo e a pós-graduação, sendo que as do ensino médio completo e do ensino superior completo, obtiveram o mesmo escore, constituindo a maioria na questão de prevalência (29,2%). Por fim, no que concerne ao gênero dos filhos, houve escores muito parecidos, sendo os meninos 13 (54,17%) e as meninas 11 (45,83%). Os dados da Tabela 1 explicam melhor estes dados descritos.

Tabela 1

Caracterização dos Participantes

Caracterização	N	%
Gênero		
Feminino	21	87,5
Masculino	3	12,5
Idade		
Até 30 anos	5	20,9
31 – 40 anos	9	37,4
41 – 50 anos	8	33,3
51 – 60 anos	2	8,4
Escolaridade		
Ensino Fundamental Completo	6	25
Ensino Médio Incompleto	1	4,1
Ensino Médio Completo	7	29,2
Ensino Superior Incompleto	1	4,1
Ensino Superior Completo	7	29,2
Pós-Graduação	2	8,4
Gênero do filho		
Masculino	13	54,17
Feminino	11	45,83
Total	24	100

Fonte: Própria Autora

Instrumentos

Para fazer o levantamento referente às práticas parentais, foi aplicado o Inventário de Estilos Parentais (IEP) desenvolvido por Gomide (2014). Esse instrumento possui 42 questões que englobam as sete práticas educativas parentais já citadas, sendo que cada 6 questões correspondem a uma prática. A partir disso, os pais/cuidadores devem responder com qual frequência agem de acordo com o que está descrito na questão em uma escala *likert*. Desse modo, é respondido sempre: se em 10 ocasiões ele/ela agiu daquela forma de 8 a 10 vezes; às vezes: se em 10 ocasiões ele agiu daquela forma 3 a 7 vezes; nunca: se em 10 ocasiões ele agiu daquela forma de 0 a 2 vezes. Os dados são obtidos por meio da folha de resposta, onde cada resposta sempre recebe dois (2) pontos, cada resposta às vezes recebe um (1) ponto e cada resposta nunca recebe zero (0) pontos. O cálculo que resultará no estilo parental é feito da subtração da soma das disciplinas negativas e da soma das positivas, ou seja, $IEP = (A+B) - (C+D+E+F+G)$ (Gomide & Sampaio, 2007).

Para levantar os dados referentes ao comportamento alimentar das crianças, foi utilizado o Questionário Holandês do Comportamento Alimentar da Criança (Child Eating Behaviour

Questionnaire – CEBQ), desenvolvido e validado por Wardle, Guthrie, Sanderson e Rapoport (2001) e traduzido para o português de Portugal por Viana e Sinde (2008). Esse questionário foi organizado com o intuito de investigar o comportamento alimentar de jovens e crianças por meio dos pais/cuidadores (Wardle et al., 2001). O instrumento é composto por 35 itens e as respostas são assinaladas numa escala *Lickert* de cinco pontos que se referem à frequência com que ocorre o comportamento (nunca, raramente, às vezes, frequentemente ou sempre).

O objetivo do instrumento é avaliar o comportamento ou estilo alimentar infantil/juvenil dentro de oito dimensões, que são divididas em duas categorias, sendo elas: a evitação pela comida, que compreende às subcategorias de Resposta à Saciedade (SR), que diz respeito à capacidade da criança de perceber-se satisfeita e parar de comer; a Ingestão Lenta (SE) acontece quando a criança gasta um tempo maior para finalizar as refeições; a Seletividade (FF), que se refere à restrição na escolha dos alimentos; e a Subingestão Emocional (EUE), que caracteriza-se pelo fato da criança comer menos quando está passando por um momento onde seu estado emocional está alterada (Viana & Sinde, 2008).

A segunda categoria refere-se à atração pela comida e compreende: a resposta à comida (FR), que diz respeito ao interesse pela comida e em como esse interesse é influenciado pelo mundo externo; o Prazer em comer (EF), que caracteriza-se pelo interesse maior pela comida, ou seja, quando ela assume outra função para além da ingestão de nutrientes necessários à sobrevivência; o desejo de beber (DD), que se manifesta pela ingestão exagerada de líquidos, não incluindo água; e, por fim, a Sobreingestão emocional (EOE), que remete à criança comer mais do que normalmente come quando está passando por um momento de alteração emocional. Os itens 3, 4, 10, 16 e 32 são contabilizados numa escala inversa dos restantes e os resultados em cada subescala são as pontuações médias dos itens que as compõem (Viana & Sinde, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram obtidos através da aplicação do Inventário de Estilos Parentais (IEP) (Gomide, 2014) e do Questionário Holandês do Comportamento Alimentar da Criança (CEBQ) (Viana & Sinde, 2008), com 24 cuidadores, já citados anteriormente. Em relação aos Estilos parentais (Tabela 2), Gomide (2014) apontou que na interpretação dos dados obtidos através do IEP os escores negativos, mostraram uma predominância de práticas negativas (negligência, monitoria negativa, disciplina relaxada, punição inconsistente e abuso físico) e os escores positivos, por sua vez, indicam uma predominância das práticas positivas (monitoria positiva e comportamento moral), favorecendo o desenvolvimento da criança.

Tabela 2

Estilos Parentais

Médias	N	%
Estilo Parental de Risco (-22 a -3)	7	29,2
Estilo Parental Regular (-2 a 11)	14	58,3
Estilo Parental Ótimo (12 a 29)	3	12,5
Total	24	100

Fonte: Própria Autora

A classificação explanada na Tabela 2 procura apresentar o estilo parental dos cuidadores, de acordo com o que foi proposto por Gomide (2014). Nessa classificação, o Estilo Parental de Risco se refere à necessidade de uma intervenção terapêutica que mostre aos pais as consequências advindas de práticas negativas; no Estilo Parental Regular, é aconselhável a participação em grupos para o treinamento de desenvolvimento de práticas positivas; e o Estilo Parental Ótimo se caracteriza pela ausência ou baixa ocorrência de práticas negativas, com alta ocorrência de práticas positivas.

Nesta amostra, em particular, pode-se observar que mais da metade (58,3%) dos participantes enquadraram-se no Estilo Parental Regular, apresentando práticas positivas, mas com um número significativo de práticas negativas, o que aponta para a necessidade de intervenção. Alguns estudos realizados utilizando o IEP (Gomide, 2014) também fizeram uso da correlação estatística, como o desenvolvido por Toni e Hecaveí (2014). Foi encontrada uma correlação entre as práticas educativas e o rendimento acadêmico por meio da comparação do IEP (Gomide, 2014) com as notas escolares e o desenvolvido por Leme, Del Prette e Coimbra (2013). Os resultados obtidos sugeriram que as transições familiares não exercem efeito negativo no desenvolvimento dos adolescentes. Entretanto, não há nenhum estudo que relacione o IEP (Gomide, 2014) com o CEBQ (Viana & Sinde, 2008).

Na Tabela 3, são apresentados os dados obtidos através do CEBQ (Viana & Sinde, 2012) sobre o comportamento alimentar infantil, distribuídos entre as 6 subescalas que, por sua vez, foram divididas por média (abaixo, normal e acima). Em relação à subescala Prazer em Comer, a maioria (75%) está dentro da média esperada. Em Resposta à Saciedade, há quase uma prevalência total dentro da média (95,9%), com apenas 4,1% abaixo e nenhuma acima. Na Seletividade, há novamente uma prevalência muito alta na média (95,9%), mas ao contrário da anterior, nenhuma prevalência abaixo da média.

Na subescala de Sobreingestão Emocional a média se destaca novamente enquadrando o maior número de participantes (83,4%), seguida pela categoria que ficou abaixo da média (12,5%) e por último os que ficaram acima (4,1%). Já na de Subingestão Emocional, a média continuou sendo a maioria (75%), seguida dos que ficaram acima e posteriormente abaixo. Por fim, na subescala Desejo de Beber, o número de participantes que ficam na média (45,8%) e acima da média (41,7%) foram bem próximos, deixando a categoria abaixo da média com o menor número de participantes (12,5%).

Pode-se observar que os dados de todas as subescalas mostraram que não há indicativos, nessa população, nem excesso de alimentação ou de recusa alimentar na maior parte dos pais entrevistados, apontando para um comportamento alimentar adequado, conforme o que foi exposto na pesquisa de Viana e Sinde (2012).

Tabela 3

CEBQ

Subescalas	N (24)	F(%)
Prazer em comer		
Abaixo da média (0-8)	1	4,1
Média (9-27)	18	75
Acima da média (28-36)	5	20,9
Resposta à saciedade		
Abaixo da média (0-8)	1	4,1
Média (9-27)	23	95,9
Acima da média (28-36)	0	
Seletividade		
Abaixo da média (0-5)	0	
Média (6-18)	23	95,9
Acima da média (19-24)	1	4,1
Sobreingestão emocional		
Abaixo da média (0-3)	3	12,5
Média (4-12)	20	83,4
Acima da média (13-16)	1	4,1
Subingestão emocional		
Abaixo da média (0-3)	4	16,6
Média (4-12)	18	75
Acima da média (13-16)	2	8,4 %
Desejo de beber		
Abaixo da média (0-2)	3	12,5
Média (3-9)	11	45,8
Acima da média (10-12)	10	41,7
Total	24	100

Fonte: Própria Autora

A partir disso, os dados do CEBQ (Viana & Sinde, 2012) e do IEP (Gomide, 2014) foram correlacionados por meio do programa *SPSS*, utilizando o teste de Spearman. Foram necessárias várias tentativas de ensaios estatísticos até encontrar a melhor forma de fazer uma relação entre esses dados, que foi escolhida por se tratar de um teste de correlação e, ainda, devido ao número de participantes.

A Tabela 4 mostra que nesta amostra houve correlação significativa apenas entre monitoria positiva e prazer em comer. Na prática educativa relacionada ao comportamento moral, não foram observadas correlações significativas, e o restante das correlações não tiveram dados significativos, conforme o apontado pelo teste de Spearman (Dancey & Reidy, 2013).

Tabela 4

Correlação dos fatores obtidos das práticas positivas e comportamento alimentar através do teste de Spearman

Correlação de Fatores	Teste de Spearman	
	Monitoria Positiva	Comportamento Moral
Prazer em comer	.526	.196
Saciedade	-.167	-1.909
Seletividade	-.308	.262
Sobreingestão emocional	-.264	-.730
Subingestão emocional	-.036	.495
Desejo de Beber	1.325	1.081

Fonte: Própria Autora

Na monitoria positiva, pode-se observar que as categorias de saciedade, seletividade, sobreingestão emocional e subingestão emocional apresentaram uma correlação negativa. Contudo, os dados não representam uma correlação relevante, assim como a correlação com o desejo de beber, que foi positiva, mas também não significativa.

A única subcategoria que teve correlação positiva significativa foi a de prazer em comer, indicando que filhos que são controlados pelos pais, de uma forma saudável, tendem a ter mais interesse por alimentos diversos e a gostar de comer. Isso corrobora com o que foi apontado por Viana, Santos e Guimarães (2008), onde a alimentação depende muito do ambiente em que é feita e dos afetos que estão envolvidos e da relação entre o meio social, em especial a família. Dessa forma, uma família que mantém certo controle sobre os filhos, mas também os trata de forma afetuosa, tem interesse por sua vida e seu desenvolvimento, tende a ter filhos que consideram a comida e o comportamento de alimentar-se reforçadores (Moreira & Medeiros, 2007).

Na Tabela 5, os dados mostram que nesta amostra houve uma correlação positiva significativa entre punição inconsistente e sobreingestão emocional (+.576), entre disciplina relaxada e prazer em comer (+.507), entre abuso físico e saciedade (+.764) e entre abuso físico e subingestão emocional (.985). Já as correlações negativas apareceram entre punição inconsistente e prazer em comer (-.966), entre negligência e desejo de beber (-.855), entre abuso físico e prazer em comer (-.584) e entre abuso físico e sobreingestão emocional (-.501). Não houve na prática educativa de monitoria negativa correlações significativas de acordo com o teste de Spearman (Dancey & Reidy, 2013).

Correlação dos fatores obtidos das práticas negativas e comportamento alimentar através do teste de Spearman

Correlação de fatores	Teste de Spearman				
	Negligência	Punição Inconsistente	Monitoria Negativa	Disciplina Relaxada	Abuso Físico
Prazer em comer	-.082	-.966	.360	.507	-.584
Saciedade	1.599	1.139	1.180	1.248	.764
Seletividade	1.372	1.089	.108	.242	1.371
Sobreingestão emocional	.244	.576	.415	2.234	-.501
Subingestão emocional	.245	1.324	1.212	1.268	.985
Desejo de Beber	-.855	-.274	1.063	-.855	.084

Fonte: Própria Autora

Na categoria negligência, houve uma correlação negativa relevante com a subcategoria desejo de beber, mostrando uma diminuição do consumo de bebidas calóricas. Isso pode ser explicado pelo fato de pais negligentes não terem muito interesse na vida do filho e dessa forma, a sugestão de consumo de líquido deve ser menor do que acontece em outras práticas. Contudo, isto é apenas uma hipótese, tendo em vista que os estudos referentes ao comportamento alimentar (Quaioti & Almeida, 2006; Rossi, Moreira & Rauen, 2008; Viana, Santos & Guimarães, 2008; Viana, Cadeias, Rego & Silva, 2009; Coelho & Pires, 2014) não se atentaram a estudar o comportamento de consumo de bebidas.

Referente à prática de punição inconsistente, os dados apontaram para uma correlação positiva com sobreingestão emocional e uma correlação negativa com prazer em comer, ou seja, os filhos de pais que punem de acordo com o humor e não de acordo com regras acabam tendo um comportamento de ingerir mais alimentos que o necessário em situações onde as emoções estejam desreguladas. Isso aponta para um déficit na autorregulação do apetite e de necessidades biológicas, visto que a criança não tem interesse pela comida, mas quando passar por momentos de desregulação emocional, perde o controle e come mais do que o necessário (Ramos & Stein, 2000; Aguiar, Aguiar & Guedes, 2013; Zucoloto, 2013).

Em relação à disciplina relaxada, apenas as subcategorias prazer em comer e desejo de beber tiveram correlação, sendo a primeira positiva e a segunda negativa. Isso demonstra que o fato de impor regras e limites e, posteriormente não cobrá-los, pode acarretar em crianças com comportamento de ingestão comida de forma prazerosa, bem como a não ingestão de líquidos. Isso é explicado pelo fato de que crianças que comem adequadamente e ingerem alimentos que contém a carga energética necessária para sua saciedade não precisam ingerir bebidas calóricas para compensar a alimentação. Isso demonstra o que Zucoloto (2013) apontou em relação à capacidade fisiológica do nosso organismo, e conseqüentemente do organismo da criança, de perceber quanto está satisfeito. O que ocorre muitas vezes é que os pais, achando que a criança não está se alimentando direito, acabam, de forma coercitiva, fazendo-a comer mais do que deveria e

ela, por sua vez, perde a capacidade de perceber-se satisfeita. No entanto, os pais que utilizam a disciplina relaxada não utilizam-se disso, pois não cumprem os castigos que prometem e isso pode ser um fator mantenedor da capacidade autorregulação da criança. Desse modo, quando ela come adequadamente, o consumo de líquidos calóricos é menor, pois ela já está satisfeita.

Por fim, na prática de abuso físico, as correlações negativas apareceram em prazer em comer e sobreingestão emocional, indicando que quando as crianças possuem pais que usam de castigos corporais, acabam não tendo interesse pela comida para além do necessário. Houve, também, correlação positiva com as subcategorias de saciedade e subingestão emocional, ressaltando ainda mais que filhos de pais que utilizam do abuso físico tendem a ter uma relação de evitação com a comida. Isso se justifica pelo que Ramos e Stein (2000) apontam acerca dos efeitos do uso da coerção no estabelecimento do comportamento alimentar dos filhos. Esses autores mostram que crianças que são obrigadas a se alimentar ou a continuar comendo quando estão satisfeitas, acabam perdendo o controle de sua autorregulação de apetite. Isso também se relaciona ao apontado por Viana, Santos e Guimarães (2008) e Viana, Cadeias, Rego e Silva (2009) sobre a importância da relação com o alimento e da relação com as pessoas que o oferecem, ou seja, se você é obrigado a comer ou comer por meio de ameaças ou abusos físicos, isso provavelmente vai ser pareado emoções e sensações corporais desagradáveis e se tornará aversivo (Moreira & Medeiros, 2007).

Todos esses resultados corroboram com o que se encontrou em outras pesquisas realizadas sobre o comportamento alimentar (Rossi, Moreira & Rauen, 2008; Viana, Santos & Guimarães, 2008; Viana, Cadeias, Rego & Silva, 2009; Coelho & Pires, 2014), as quais mostraram que um bom relacionamento familiar, com práticas educativas positivas são preditores de um bom comportamento alimentar.

Outro ponto importante que se pode observar foi que práticas negativas tiveram relação com comportamentos alimentares disfuncionais, tanto para maior ingestão de comida – o que confirma a hipótese inicial desta pesquisa e corrobora com os achados por Coelho e Pires (2014) e também em outros estudos (Ramos & Stein, 2000; Viana, Santos & Guimarães, 2008; Rossi, Moreira & Rauen, 2008) –, que apontaram um maior índice de obesidade em famílias disfuncionais, carentes de relações, afetos e cuidados, quanto para uma relação de evitação para com a comida, reforçando sua neofobia alimentar e acarretando em uma alimentação pobre e fraca em nutrientes necessários ao desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi levantar e analisar se há relação entre os estilos parentais e o comportamento alimentar de crianças. Os resultados foram obtidos através o Inventário de Estilos Parentais (Gomide, 2006) e o Questionário Holandês do Comportamento Alimentar (Viana & Sinde, 2008) e, posteriormente, feita a correlação entre ambos. Foi comprovada a hipótese de que práticas educativas não favoráveis ao desenvolvimento da criança têm relação com comportamentos alimentares não saudáveis ao seu desenvolvimento.

A pesquisa apontou que práticas negativas causam prejuízos sobre o comportamento alimentar, pois não propiciam um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma boa relação com a alimentação. Isso vai ao encontro dos dados encontrados em Rossi, Moreira e Rauen (2008); Viana, Santos e Guimarães (2008); Viana, Cadeias, Rego e Silva (2009); Coelho e Pires (2014), visto que o estabelecimento de um bom comportamento alimentar depende diretamente de quem o introduz, do ambiente, do contexto, e das consequências. Déficits nesse processo podem acarretar em comportamentos alimentares inadequados.

Por se tratar de um primeiro estudo correlacionando os dois instrumentos, a pesquisa apresentou limitações. A primeira delas foi a escolha dos cuidadores como sujeitos de pesquisa, visto que ela deveria ser feita com as crianças, aumentando a fidedignidade dos dados. Outro fator importante é o fato do estudo ter sido realizado uma amostra bastante reduzida de participantes, apenas na realidade escolar de ensino público e, dessa forma, deve-se evitar conclusões que universalizem os dados, sendo necessários que se façam outros estudos com uma amostra maior, abarcando escolas públicas e privadas, para que assim seja possível generalizar. A pesquisa apresenta muitas lacunas, o que mostra a necessidade de mais pesquisas que relacionem os dois temas, que sejam mais amplas e abarquem outros elementos, como o IMC, que nesta pesquisa acabaram não sendo contemplados.

Por fim, pode-se dizer que a pesquisa foi importante por relacionar instrumentos que possibilitaram investigar brevemente a relação entre práticas educativas parentais e comportamento alimentar infantil e, dessa forma, abriu espaço para o desenvolvimento de novas pesquisas que investiguem mais a fundo o tema. Sugere-se que sejam realizadas pesquisas com a realidade do ensino privado, que envolvam diferentes variáveis, como o nível econômico, social e cultural, possibilitando uma análise mais abrangente do tema. Além disso, mostrou que há relação entre as práticas negativas e um comportamento alimentar inadequado, apontando a necessidade da criação e desenvolvimento de programas de intervenção que abarquem as práticas educativas parentais, com enfoque no comportamento alimentar infantil, de forma a prevenir problemas futuros e promover saúde e qualidade de vida às crianças.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, C. R. R. A., Aguiar, M. J. L., & Guedes, R. C. A. (2013). Bases neurofisiológicas e neuroquímicas do comportamento alimentar. In: S. S. Almeida, S., T. M. B. Costa, M. F. Laus & G. Straatmann (Org.). *Psicobiologia do comportamento alimentar* (pp. 01-10). Rio de Janeiro: Rubio.
- Barbosa, V. L. P. (2009). *Prevenção da obesidade na infância e na adolescência: exercícios, nutrição e psicologia*. (2a ed.). Barueri: Manole.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907.
- Batista Filho, M., & Rissin, A. (2003). A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(Suppl. 1), 181-191. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000700019>

- Cassoni, C. (2013). *Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica a literatura*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-14122013-105111/en.php>
- Coelho, H. M., & Pires, A. P. (2014). Relações familiares e comportamento alimentar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 45-52. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722014000100006>
- Dancey C. P., & Reidy J. (2013). *Estatística sem matemática para psicologia* (5a ed.). (L. Viali, Trad.). Porto Alegre: Penso.
- Ferreira, M., Matsudo, S.; Matsudo, V.; Braggion, G. (2005). Efeitos de um programa de orientação de atividade física e nutricional sobre o nível de atividade física de mulheres fisicamente ativas de 50 a 72 anos de idade. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, 11(3), 172-176. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-86922005000300004>
- Gomide, P. I. C. (2014). *Inventário de estilos parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.
- Halpern, Z., & Rodrigues, M. D. B. (2006). Obesidade Infantil. In: M. A. Nunes, J. C. Appolinario, A. L. Galvão, & W. Coutinho (Org.). *Transtornos alimentares e obesidade* (2a ed., pp. 283-288). Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Leiras, E. M. V. (2015) *Comportamento alimentar da criança: a influência materna*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo. http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/20.500.11960/1287/1/Elsa_Leiras.pdf
- Leme, V. B. R., Del Prette, Z. A. P. & Coimbra, S. (2013), Práticas educativas parentais e habilidades sociais de adolescentes de diferentes configurações familiares. *Psico*, 44(4), 560-570. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/12559/10849>
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In: E. M. Hetherington (Org.). *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (Vol. 4., 4a ed., pp. 1-101). New York: Wiley.
- Monteiro, C. A. & Conde, W. L. (2000). Tendência secular da desnutrição e da obesidade na infância na cidade de São Paulo (1974-1996). *Revista de Saúde Pública*, 34(6, Suppl.), 52-61. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102000000700008>
- Moreira, M. B., & Medeiros, C. A. (2007). *Princípios básicos de análise do comportamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Moos, R. H & Moos, B. S. (1986). *Family environment scale: manual*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- O'Neil, P. M., Curtey, H. S., Hirsch, A. A., Malcolm, R. J., Sexauer, J. D., Riddle, F. E. & Taylor, C. I. (1979). Development and validation of the eating behavior inventory. *Journal of behavioral assessment*, 1(2), 123-132.
- Passos, D. R. (2013). *Comportamento alimentar de crianças de uma escola privada no município de Pelotas, RS*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. <http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/ri/2710/5/Comportamento%20alimentar%20de%20crian%C3%A7as%20de%20uma%20escola%20privada%20no%20munic%C3%ADpio%20de%20Pelotas%2c%20RS.pdf>

- Quaioti, T. C. B., & Almeida, S. S. (2006). Determinantes psicobiológicos do comportamento alimentar: uma ênfase em fatores ambientais que contribuem para a obesidade. *Psicologia USP*, 17(4), 193-211. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642006000400011>
- Ramos, M. & Stein, L. M. (2000). Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. *Jornal de Pediatria*, 76 (Supl.3), 229-S237.
- Rossi, A., Moreira, E. A. M. & Rauen, M. S. (2008). Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. *Revista de Nutrição*, 21(6), 739-748. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732008000600012>
- Sampaio, I. T. A. (2007). Inventário de Estilos Parentais (IEP): um novo instrumento para avaliar as relações entre pais e filhos. *Psico-USF*, 12(1), 125-126. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712007000100015>
- Sampaio, I. T. A., & Gomide, P. I. C. (2007) Inventário de Estilos Parentais (IEP) – Gomide (2006) percurso de padronização e normatização. *Psicologia Argumento*, 25(48), 15-26.
- Souza, E. A., Barbosa Filho, V. C., Nogueira, J. A. D. & Azevedo Júnior, M. R. (2011). Atividade física e alimentação saudável em escolares brasileiros: revisão de programas de intervenção. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(8), 1459-1471. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000800002>
- Toni, C. G. S., & Hecaveí, V. A. (2014). Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. *Psico-USF*, 19(3), 511-521. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712014019003013>
- Viana, V., Candeias, L., Rego, C., & Silva, D. (2009). Comportamento alimentar em crianças e controlo parental: uma revisão da bibliografia. *Alimentação Humana*, 15(1), 9-16. <http://www.itau.pt/pdfs/alimentacao/comp-alimentar-2009.pdf>
- Viana, V., Santos, P. L., & Guimarães, M. J. (2008). Comportamento e hábitos alimentares em crianças e jovens: uma revisão da literatura. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 9(2), 209-231. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862008000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Viana, V., & Sinde, S. (2008). O comportamento alimentar em crianças: estudo de validação de um questionário numa amostra portuguesa (CEBQ). *Análise Psicológica*, 26(1), 111-120. <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/480>
- Wardle J., Guthrie C.A., Sanderson S., & Rapoport L. (2001). Development of the children's eating behaviour questionnaire. *J Child Psychol Psychiatry*, 42(7), 963-970.
- Zucoloto, F. S. (2013). A evolução do comportamento alimentar na espécie humana. In S. S. Almeida, T. M. Costa, M. F. Laus, G. Straatmann, (Org.). *Psicobiologia do comportamento alimentar* (pp. 11-32). Rio de Janeiro: Rubio.

Recebido em: 12-10-2017

Primeira decisão editorial: 07-11-2017

Aceito em: 13-11-2017